



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 3/2014

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE

15/05/2014

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e catorze, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário, e pela Sr.^a Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, 2.ª Secretária, com a seguinte Ordem do Dia: -----

----- **Ponto um – Aprovação, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Mira.**

----- **Ponto dois: Aprovação, nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos critérios de atribuição de apoios para despesas correntes às Juntas de Freguesia que compõem o Município de Mira-----.**

----- **Ponto três: Eleição do representante das Juntas de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital de Coimbra, nos termos da alínea b), do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 08 de janeiro. -----**

-----**PRESENÇA DO EXECUTIVO -----**

-----Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, e os Vereadores Sr. Nelson Teixeira Maltez e Dr.^a Dulce Helena Ramos Cainé. -----

-----**PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----**

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Carlos Jorge dos Santos Nora, Enf.^a Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Prof. Doutor Joaquim Manuel Henrique de Sousa Pinto, Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Prof.^a Vera Lúcia de Jesus Manco, Dr.^a Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Eng.º Rui Miguel dos Santos Terrível, João Maria Nogueira, Enf.º Manuel Ferreira Inocência, Prof.^a Zélia Domingues Morais, Dr.^a Telma Milene Magueta Salvador, Dr. João



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Luís dos Santos Marques de Pinho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de: Mira, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; Praia de Mira, Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; Seixo, Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz; e Carapelhos, Sr. Pedro Manuel Domingues da Silva Anjo, em substituição do Sr. Gabriel Miranda Pinho. -----

-----FALTAS -----

-----Verificou-se a falta dos Senhores Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro (PS) e Gabriel Miranda Pinho, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos. -----

-----HORA DE ABERTURA -----

-----A reunião teve início às dezanove horas e vinte minutos, tendo sido declarada aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

-----INFORMAÇÕES-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que justificou a falta do Sr. Dr. João Luís Pinho (PS) na sessão anterior, por motivos de saúde, com votos de rápidas melhoras. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

----- **Ponto um – Aprovação, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Mira.**

-----**Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.** -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por dizer que aquela sessão extraordinária da Assembleia Municipal tinha sido agendada por causa do Orçamento Participativo, uma vez que, de acordo com a nova Lei das



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Finanças Locais, o Orçamento Municipal teria que ser aprovado até final de setembro. Dado que se tratava do primeiro ano de implementação do Orçamento Participativo, e para que fosse possível concluir o processo atempadamente, tinha sido necessário agilizar os prazos.-----

-----Mais disse que não tinha sido possível apresentar aquele assunto na reunião de 30 de abril, uma vez que o período de discussão pública tinha terminado no dia 28 de abril e posteriormente tinha que ser apresentado em reunião de Câmara, para aprovação da versão final, e só depois apresentado em sessão da Assembleia Municipal. -----

-----Genericamente explicou que seria criada uma comissão para analisar a viabilidade técnica das propostas, as quais, depois de aprovadas, seriam sujeitas a votação, por parte da população, culminando com a escolha da proposta mais votada, com o compromisso do Executivo a inserir no Orçamento Municipal do ano seguinte. -----

-----Mais disse o Orçamento Participativo era uma forma de trazer as pessoas à gestão municipal, a darem as suas opiniões e sugestões em relação àquilo que consideravam melhor para o concelho. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Joaquim Sousa Pinto** (MAR) que se congratulou com a apresentação daquele documento, com o qual o MAR estava inteiramente de acordo e onde tinha participado ativamente. Referiu que todas as propostas do MAR tinham sido incorporadas, e saudou o facto de ter sido considerado o valor de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) só para o primeiro ano e manifestou o desejo de que, em anos seguintes, pudessem ser consignados outros montantes. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que começou por dar os parabéns ao Executivo pela iniciativa e por fazer um “*mea culpa*” por não ter feito sugestões durante o período de discussão pública. -----

-----No entanto, disse que havia alguns pontos que considerava relevantes e que numa revisão do documento poderiam ser considerados, nomeadamente a questão das assembleias participativas, com a indicação do local onde se iriam realizar, a organização das mesmas e a validação das decisões tomadas durante aquelas sessões. -----

-----Referiu o aspeto da comprovação da residência, uma vez que o Orçamento Participativo era dirigido aos residentes no concelho de Mira. -----

-----Mencionou ainda o artigo 15.º, relativo à “*Prestação de Contas*”, onde faltava indicar o local em que iria ser disponibilizada a informação on-line, tendo sugerido que constasse no portal referido para a votação. -----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que se congratulou com a iniciativa e mencionou que o Orçamento Participativo fazia parte do programa eleitoral do PSD. -----

-----Considerou muito importante promover uma maior participação ativa e cívica e disse que era natural que surgissem algumas dificuldades, as quais esperava que, com bom senso, fossem ultrapassadas. -----

-----Disse ainda que esperava que houvesse muitos projetos, que os cidadãos se unissem e os discutissem, o que considerou muito positivo para Mira. -----

-----**Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.**-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):**-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** referindo que aquele era o primeiro ano do Orçamento Participativo, que iria ser uma primeira experiência para todos os envolvidos, pelo que o Executivo tinha decidido apresentar um valor



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais baixo, até mesmo para limitar a dimensão dos projetos, embora, no futuro, pudessem eventualmente ser apresentados montantes mais elevados. -----

-----Agradeceu as sugestões do Sr. Eng.º Calisto Coquim e disse que, de facto, havia aspetos a melhorar. -----

-----Quanto ao local onde seria disponibilizada a informação relativa ao Orçamento Participativo, disse que estava prevista a criação de uma ligação, no site da Câmara, com todas as informações. -----

-----Em relação ao cartão de cidadão e à necessidade de comprovar a morada, disse que era uma questão bem suscitada, mas que poderia ser ultrapassada.--

-----Quanto às assembleias participativas, disse que o regulamento poderia ser mais específico, e que teria que sofrer alguns ajustes. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----**2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que se congratulou com uma proposta apresentada pelo Sr. Eng.º Calisto Coquim por altura da revisão do Regimento, nomeadamente que a Assembleia Municipal se pudesse pronunciar quanto ao valor do Orçamento Participativo, o que iria acontecer no ano seguinte. -----

-----**VOTAÇÃO:**-----

-----Submetido a votação, o ponto um da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos membros da mesma, dado terem manifestado vontade em intervir. -----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) recordando que o Regulamento do Orçamento Participativo tinha sido aprovado e que, no âmbito do artigo 11.º, teria que ser constituída uma Comissão de Análise Técnica das propostas. No entanto o assunto não poderia ter sido incluído na ordem de trabalhos, uma vez que o Regulamento do Orçamento Participativo apenas tinha sido aprovado durante aquela sessão. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Face ao exposto, e para que não houvesse necessidade de marcar outra sessão extraordinária só para resolver aquele assunto, sugeriu, após ter auscultado os grupos municipais, que se desse seguimento ao previsto no artigo 11.º do referido Regulamento, de modo a que os projetos pudessem começar a ser analisados a partir de 21 de junho. -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** e esclareceu que, de acordo com o número 7, do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, nas sessões extraordinárias só se poderia deliberar sobre as matérias para que tivesse sido expressamente convocada.-----

-----Acrescentou que o assunto não poderia ter sido incluído na ordem de trabalhos sem que o Regulamento do Orçamento Participativo tivesse sido aprovado. No entanto, uma vez que o assunto tinha sido aprovado por unanimidade, se todos os presentes estivessem de acordo, far-se-ia a eleição. -

-----A sugestão foi aceite por todos os presentes.-----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) informando que tinha havido uma reunião prévia entre os líderes dos grupos municipais pelo que propunha que a Comissão de Análise Técnica, prevista no Regulamento do Orçamento Participativo, fosse composta por si próprio, em representação do PSD, pelo Sr. Prof. Doutor Joaquim Sousa Pinto, do MAR, e pelo Sr. Carlos Nora, do PS, respetivamente.-----

-----**VOTAÇÃO:**-----

-----Submetida a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia.-----

----- **Ponto dois: Aprovação, nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos critérios de atribuição de apoios para despesas correntes às Juntas de Freguesia que compõem o Município de Mira**-----.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara que recordou os acordos de execução apresentados na anterior sessão da Assembleia Municipal, e que informou que naquela sessão eram apresentados os critérios para as despesas correntes. Mais disse que não decorria da lei, mas o Executivo entendia que deviam ser criados critérios objetivos de atribuição de apoios às Juntas de Freguesia para as despesas correntes, definidos para um mandato, a fim de evitar situações discriminatórias.-----

-----Acrescentou que os critérios utilizados tinham sido o da população e dos quilómetros de estradas, e que tinha sido introduzido um montante fixo, de 3.750,00€ (três mil setecentos e cinquenta euros), com o objetivo de corrigir assimetrias entre as freguesias.-----

-----Interveio o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia que esclareceu que, de acordo com o novo Regimento, quem fazia a indicação das intervenções era o líder de cada um dos grupos municipais, por uma questão de ganhos de eficácia e tempo.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Pedro Anjo, em representação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, que disse que o valor atribuído era muito reduzido e que não daria sequer para pagar a um funcionário a tempo inteiro e que o valor definido por quilómetro, cerca de 0,12€ (doze cêntimos) era muito baixo.-----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor Joaquim Sousa Pinto (MAR) recordando que o MAR não tinha nenhum eleito enquanto Presidente de Junta de Freguesia, pelo que tinha uma perspetiva diferente relativamente àquele documento.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Congratulou-se com o facto de ser um documento transparente e independente das forças políticas. Mais disse ter conhecimento de algumas realidades nos concelhos e freguesias vizinhos e não tinha informação de que algum deles tivesse um documento com critérios preestabelecidos.-----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que começou por dizer que os Membros da Assembleia Municipal que tinham intervindo deviam estar equivocados sobre o assunto, uma vez que despesas correntes e acordos de execução eram situações diferentes. Assim, os critérios utilizados para chegar ao valor a atribuir em despesas correntes nada teriam que ver com os 0,12€ (doze cêntimos) por quilómetro. No entanto, disse que os critérios apresentados eram objetivos, mas lamentou que se estivesse a fazer uma avaliação a “*régua e esquadro*” e onde a Freguesia da Praia de Mira saía claramente prejudicada.-----

-----Acrescentou que tinha apresentado como critério alternativo ao número de quilómetros de estradas, a área total da Freguesia ou a área total sem perímetro florestal.-----

-----Quanto às percentagens atribuídas a cada uma das Freguesias, designadamente 43,63% para Mira, 23,61% para a Praia de Mira, 16,21% para os Carapelhos e 16,54% para o Seixo, disse que não refletiam a realidade das Freguesias, nem do Concelho. Mais disse, que tal como o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha referido, a lei não obrigava àquela transferência de verbas, mas se era para ser feita, que fosse de uma forma mais racional e equilibrada.-----

-----Acrescentou que tinha sido informado de que as especificidades da Freguesia da Praia de Mira não iriam ser contabilizadas em termos de despesas correntes, mas sim nos acordos de execução. Mas, de facto, em nenhum dos documentos a situação tinha sido considerada.-----

-----Relativamente à sua postura, disse que, desde a tomada de posse, tinha tentado afastar-se de questões políticas e partidárias, tendo respeitado aquele



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Executivo, como respeitaria outro liderado pelo PS, em prol do Concelho e da Freguesia da Praia de Mira. No entanto, disse que eram aquelas mesmas questões que estavam a marcar os acordos de execução e, naquele momento, os valores atribuídos para despesas correntes.-----

-----Quanto aos membros do Grupo Municipal do PS, disse que sempre tinha existido liberdade de voto e, dado que alguns eram de outras freguesias, compreendia que pudessem ter outro entendimento do assunto, por defenderem também as suas freguesias. Mas que os “filhos” e residentes na Freguesia da Praia de Mira se votassem em consciência, não o poderiam fazer favoravelmente.-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Artur Fresco**, Presidente da Junta de Freguesia de Mira, que subscreveu a intervenção do Sr. Prof. Doutor Joaquim Sousa Pinto e acrescentou que com um documento daquele género tudo ficaria mais transparente e, quer se concordasse com os critérios definidos, quer não, eles eram objetivos.-----

-----Acrescentou que a Freguesia de Mira era a que tinha a maior área, o maior número de quilómetros e o maior número de habitantes, pelo que entendia que saía prejudicada com aquela distribuição de verbas, uma vez que o valor fixo atribuído às freguesias mais pequenas tinha sido definido a pensar nelas e não na maior. -----

-----No entanto, disse que, por uma questão de solidariedade, acabava por concordar que fosse atribuído um valor fixo a todas as freguesias porque assim as mais pequenas teriam sempre direito a um montante e o resto seria acrescido, conforme os critérios definidos.-----

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** começando por agradecer as palavras proferidas relativamente à transparência e por esclarecer o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira que a discussão não era relativa a questões partidárias e políticas. Mais disse que os critérios podiam ser discutíveis, mas que não seria positivo ou melhor, continuar com práticas anteriores, em que havia ausência de critérios e discricionariedade.-----

-----Naquele contexto deu como exemplo a Freguesia do Seixo, que iria receber 6.617,00€ (seis mil seiscentos e dezassete euros), cerca de 16% do total, mas que sem o critério de correção receberia menos de metade e que o mesmo aconteceria com a Freguesia dos Carapelhos.-----

-----Acrescentou que, por uma questão de transparência, tinham apresentado aqueles critérios, mas que poderiam ser outros, como por exemplo do FEF, que considerava só a população, ou o número de eleitores, sem nenhum fator de correção.-----

-----Relativamente aos acordos de execução, disse que ainda não tinham reunido por indisponibilidade da sua agenda, mas que em breve iriam reiniciar as conversações. Acrescentou que havia inteira disponibilidade para discutir o assunto, dentro de determinados princípios e que não pretendia prejudicar, de modo algum, a Junta de Freguesia da Praia de Mira.-----

-----Sublinhou que poderia ter mantido a prática anterior, segundo a qual alguns recebiam muito e outros nada, mas entendia que isso não seria correto.-

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que concordou com o Sr. Prof. Doutor Joaquim Sousa Pinto, na medida em que o documento revelava vontade de atribuir verbas de forma transparente.-----

-----No entanto, disse que havia questões que poderiam ser colocadas, nomeadamente em relação à média aritmética dos critérios entre população,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

número de eleitores e número de quilómetros de caminhos ou estradas de cada freguesia. Mais disse que, eventualmente, aqueles critérios poderiam não refletir corretamente as necessidades das Juntas de Freguesia, até porque havia custos fixos, mas nesse sentido tinha sido atribuído adicionalmente um valor fixo. -----

-----Quanto aos critérios, considerou que eram questionáveis, mas à falta de melhor, concordava com os propostos, pelo que iria votar favoravelmente a proposta. -----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) começou por dizer que, na ausência do Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro, e enquanto líder do Grupo Municipal do PS, iria existir liberdade de voto. -----

-----Disse ainda, que no passado também tinham sido assinados protocolos de transferência de competências para as freguesias. -----

-----Quanto à transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, disse que o problema partia da verba disponível para dividir e que se fosse muito grande não haveria tantas queixas. -----

-----Acrescentou que concordava que fossem estipulados critérios, os quais podiam ser questionáveis, mas, desde que fossem claros e aprovados naquele órgão, terminava a discussão. Mais disse, que não estava certo se concordava totalmente com o critério do número de quilómetros de estradas, embora tivesse dito que não se lembrava de nenhum muito melhor e que também lhe parecia justa a alternativa apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, relativamente à área total da Freguesia. -----

-----Em relação ao critério do número de quilómetros de estradas, disse que podia entrar em sobreposição com o que tinha sido aprovado na anterior sessão daquela Assembleia, uma vez que a verba para conservação e limpeza de caminhos já tinha sido aprovada nos acordos de execução. -----

-----Mostrou ainda a sua discordância em relação ao facto de terem sido definidos critérios, mas que depois não fossem aplicados, nomeadamente pela



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

introdução posterior de um critério de correção. Nesse ponto, disse que estava totalmente solidário com o Presidente da Junta de Freguesia de Mira. -----

-----Face ao exposto, disse que, na sua opinião, teria que haver uma reformulação nos critérios definidos. -----

-----Quanto ao período de tempo em que aqueles critérios iriam vigorar, perguntou se os critérios eram para o mandato ou se era o valor que já ficaria definido para o resto do mandato, tendo-lhe sido esclarecido pelo Sr. Presidente da Câmara que seriam os critérios, mas que todos os anos seria definido um montante.-----

-----Relativamente ao critério de correção, disse que se tratava de 37,5% do valor total a atribuir, pelo que considerou-o como “*bastante generoso*”, e que, para ficar mesmo claro, poderia ter sido facultada a ponderação atribuída a cada critério.-----

-----Terminou a sua intervenção manifestando a sua intenção de votar contra, por ter sido violado o princípio de definição de critérios que depois não eram cumpridos e porque, na sua opinião, a Junta de Freguesia de Mira ficava prejudicada.-----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que afirmou ter pouco a acrescentar. Lembrou a intervenção do Sr. Pedro Anjo, em representação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, de que seria um valor baixo. No entanto, tal como havia dito o Sr. Prof. Doutor Joaquim Sousa Pinto o documento valia pela sua existência, era um documento orientador no qual os valores poderiam ser alterados.-----

-----Disse ainda que esperava que houvesse mais contestação por parte da Junta de Freguesia de Mira e acrescentou que o FEF que Mira recebia era igual ao somatório do FEF recebido pelas outras três Juntas de Freguesia. -----

-----Terminou a sua intervenção dando os parabéns ao Executivo pelo documento em si e pelo que representava.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----2.^a INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara que acrescentou que era um esforço do Executivo atribuir aqueles 40.000,00€ (quarenta mil euros) e que, depois de assinar os acordos de execução com todas as Juntas de Freguesia estariam a falar na ordem dos 126.000,00€ (cento e vinte e seis mil euros), enquanto Cantanhede e Coimbra tinham uma verba de cerca de 400.000,00€ (quatrocentos mil euros). Atendendo à dimensão de uns e de outros municípios, para o de Mira, em despesas correntes e acordos de execução, ter uma previsão de mais de 100.000,00€ (cem mil euros) seria razoável.-----

-----Quanto aos critérios, disse que eram discutíveis, mas a questão era que tinha que haver um princípio de solidariedade entre as Juntas de Freguesia e o critério de correção era para corrigir assimetrias. -----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----3.^a INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----Interveio o Sr. Dr. Francisco Reigota, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que disse que tinha ouvido falar em transparência, a qual disse que não punha em causa, relativamente aos critérios, mas que o que para si era discutível era a definição dos critérios em si e se tinha que haver critérios de correção era porque os critérios definidos não refletiam a realidade das freguesias, por isso eram “*maus critérios*”. -----

-----Mais disse, que à semelhança do que tinha dito o Sr. Presidente da Câmara Municipal, a lei não obrigava àquela atribuição de apoios para despesas correntes, mas se iam definir critérios, então que o fizessem com bons critérios. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Relativamente aos custos fixos, disse que nem valia a pena “entrar por ali”, porque de certeza que a Junta de Freguesia da Praia de Mira teria percentagens muito superiores a receber. -----

-----No entanto, disse que também não tinha que falar do passado, de quem tinha assumido determinados custos fixos para as Juntas de Freguesia, e que também não tinha que ser “*atacado*” por gestões anteriores e questões políticas, com as quais era muito fácil desculparem-se quando interessava e quando não interessava, fazia-se de conta que não existiam. Mais disse que o que interessava era aprender com os erros cometidos e ver as coisas boas que tinham sido feitas. -----

-----Relembrou que tinha sido eleito e tinha tomado posse no dia vinte e três de outubro de dois mil e treze e teria um mandato até final de dois mil e dezassete e cabia-lhe assumi-lo durante aqueles quatro anos, tal como ao Sr. Presidente da Câmara e que o que interessava era o que faziam durante aquele tempo. ----

-----Relativamente à sua intervenção anterior esclareceu que sentia que havia um “*fato à medida*”, em alguns aspetos, naqueles critérios, porque a Junta de Freguesia da Praia de Mira saía prejudicada. Acrescentou, que nas reuniões relativas aos acordos de execução, sempre lhe tinham dito que os critérios de atribuição de apoios para as despesas correntes das Juntas de Freguesia não iriam conter as especificidades da Freguesia. No entanto, se o acordo de execução também não os continha, então não sabia onde é que elas iriam ser contempladas.-----

-----Concluiu dizendo que iria votar contra, não pelo princípio, com o qual disse que concordava, mas pelos critérios definidos e que se o Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira fosse do PSD os critérios seriam outros. -----

-----Interveio o Sr. Prof. **Artur Fresco**, Presidente da Junta de Freguesia de Mira, que disse que, se os critérios eram transparentes, então não havia politiquices, aplicavam-se a todos por igual e que era uma questão de equidade. Mais disse que entendia a posição do Presidente da Junta de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia da Praia de Mira, que estava a defender o que entendia como melhor para a sua Freguesia. -----

-----No entanto, disse que se falassem em número de eleitores, a Freguesia de Mira tinha cerca de 7400 (sete mil e quatrocentos), a da Praia de Mira teria cerca de 3400 (três mil e quatrocentos); se falassem do valor do FEF, Mira recebia cerca de 124.500,00€ (cento e vinte e quatro mil e quinhentos euros), a Praia de Mira 67.000,00€ (sessenta e sete mil euros). Nesse sentido perguntou se os critérios do FEF estariam todos errados. -----

-----Concluiu que poderiam chegar a uma série de valores, mas que talvez nenhum satisfizesse, porque não ia ao encontro do que beneficiaria a Junta de Freguesia da Praia de Mira. -----

-----Mais disse que não podia ficar indiferente a outra coisa ali dita e acrescentou que, se os custos fixos eram elevados na Junta de Freguesia da Praia de Mira, então talvez fossem melhor refletir sobre as atitudes e a forma de gerir a parte financeira daquela Junta de Freguesia. Mais, se já tinha encargos tão grandes, talvez não fosse necessário o Presidente da Junta ter-se colocado a meio tempo, quando a Junta de Freguesia não o permitia. -----

-----Acrescentou que era tudo uma questão de princípios, de boa gerência e, no seu entender, não podia comparar a Junta de Freguesia de Mira à da Praia de Mira ou então devia ter-se candidatado a Mira e não à Praia de Mira, e aí já sabia com que valores podia contar. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Dr. Francisco Reigota, no seu direito de defesa. -----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que lamentou a atitude do seu colega da Junta de Freguesia de Mira e considerou-a uma ingerência na gestão da Junta de Freguesia da Praia de Mira. -----

-----Acrescentou que tinham sido usados argumentos políticos, em defesa do Executivo Camarário, que nada tinham que ver com a gestão, nem com a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

realidade do assunto que estava a ser discutido e que pouco interessava aquela discussão, uma vez que as votações estavam já definidas.-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** esclarecendo que todos os elementos tinham direito a votar como entendessem e que ninguém ali era obrigado a votar a favor ou contra. Mais disse que, ao longo daquelas sessões, tinha tentado minimizar as questões políticas, mas todos sabiam que não havia atos que não fossem políticos, pese embora a liberdade de voto fosse de todos.-----

-----Acrescentou que considerava que ninguém tinha feitos “ataques pessoais” e que tinham defendido as respetivas Juntas de Freguesia.-----

-----Terminou com o desejo de que aquelas sessões continuassem a decorrer com elevação.-----

-----Finda a terceira ronda de intervenções, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----**3.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):**-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** e afirmou que muito já tinha sido dito e que algumas pessoas tinham já expressado a sua intenção de voto. No entanto, esclareceu que tinha a convicção que os assuntos deviam ser sempre discutidos, dentro do respeito e consideração mútuos. -----

-----Uma vez mais reiterou que os critérios eram discutíveis, mas objetivos e acrescentou que na Associação Nacional de Municípios Portugueses lhe tinham dado os parabéns pela fixação daqueles critérios, pela transparência e até mesmo pelo critério de correção. -----

-----Mais disse que, no caso da Junta de Freguesia da Praia de Mira, aceitava que o respetivo Presidente não concordasse, mas que lhe custava ouvir dizer que era perseguição política.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Acrescentou que introduzir especificidades nas despesas correntes seria muito mais difícil, pelo que o tinham feito nos acordos de execução, como tinha tentado explicar na anterior sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Terminou a sua intervenção esclarecendo que tinha referido uma situação específica de um passado recente, nomeadamente de um apoio extraordinário para a Junta de Freguesia da Praia de Mira, apenas como exemplo e não para justificar alguma outra situação. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que, à semelhança do que tinha vindo a ser feito, os interessados não votavam. -----

-----**VOTAÇÃO:**-----

-----Submetido a votação, o ponto dois da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com catorze votos a favor, do MAR, do PS e do PSD, três votos contra, dos Senhores Carlos Nora (PS), Prof. Paulo Grego (PS) e João Nogueira (PS), e três abstenções das Senhoras Enf.^a Maria Leonor Borralho (PS), Prof.^a Vera Manco (PS) e do Sr. Dr. João Luís Pinho (PS). -----

-----Não participaram na votação os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

-----**Declaração de voto** -----

-----Interveio o Sr. Eng.^o **Rui Terrível** (MAR) esclarecendo que tinha votado a favor por entender que havia, nos critérios escolhidos, alguma objetividade, embora considerasse que podiam ter sido integrados mais critérios, como por exemplo o número de habitantes, o número de quilómetros de valas, as frentes de mar, que era um fator específico da Praia de Mira, as áreas de massas de água, entre outros, e que, assim, talvez não fosse necessário o critério de correção. -----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que começou por dizer que não sabia em que qualidade estava a intervir, uma vez que não tinha votado, pelo que não poderia ser considerada uma declaração de voto.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Feita aquela consideração, disse que tinha tomado a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Mira como ofensa pessoal. -----

-----Relativamente ao assunto votado, sublinhou que as freguesias não estavam a ser respeitadas e que, embora o princípio fosse correto, tinha-se produzido um “*mau documento*”. -----

-----Interveio o Sr. Prof. **Artur Fresco**, Presidente da Junta de Freguesia de Mira, que afirmou que também não sabia bem em que qualidade estava a intervir, e que se tinha ofendido o Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, não era essa a sua intenção. Simplesmente tinha comentado as palavras anteriormente proferidas e para evitar que no futuro se voltasse a ter necessidade de atribuir subsídios extraordinários, por uma questão de gestão.--

-----Interveio o Sr. Dr. **João Luís Pinho** (PS) esclarecendo que se tinha absterido na votação, embora concordasse com o facto de ter sido criado um critério, partilhava muito a opinião do Sr. Eng.º Rui Terrível, porque deveria ter sido criado um conjunto mais vasto de critérios que permitisse um maior preenchimento das especificidades de cada local. Até mesmo porque o critério de correção representava para as freguesias menores uma parcela superior a 50% do valor final que iriam receber, enquanto para a Freguesia de Mira, ou da Praia de Mira, aquele valor se modificava em termos percentuais. Mais disse que embora concordasse com a criação de critérios, considerava que deveriam ter sido mais exigentes, mais abrangentes na escolha de um conjunto de critérios mais vastos. -----

-----No entanto, disse que aquele era também um documento da responsabilidade do Executivo pelo que teria que ser ele a alterá-lo ou a minimizar os prejuízos que daí adviessem para as Freguesias de Mira e Praia de Mira, que eram as de maior dimensão do concelho e que, de alguma forma, olhasse para as Freguesias menores, que também tinham despesas. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto três da ordem do dia. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ponto três: Eleição do representante das Juntas de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital de Coimbra, nos termos da alínea b), do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 08 de janeiro. -----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** e explicou que a Assembleia Distrital tinha um vasto património no Distrito de Coimbra, onde se incluía o Aeródromo Bissaya Barreto, o Instituto Miguel Torga e vários prédios no concelho de Coimbra e outros do mesmo distrito. Mais disse que havia um projeto para um Decreto-Lei do Governo para que aquelas Assembleias Distritais decidissem sobre o futuro daquele património, nomeadamente a possibilidade da sua inclusão nas Comunidades Intermunicipais.-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que, na sequência da intervenção anterior, informou que a Mesa aguardava propostas. -----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) propondo o Presidente da Junta de Freguesia do Seixo.-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que disse que poderiam ter chegado a um consenso antes, como era habitual. Nesse sentido sugeriu que houvesse uma interrupção da sessão para que pudessem reunir e entrar em consenso. -----

-----Por ordem do Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** a sessão foi interrompida durante cinco minutos, tendo sido retomada pelas vinte horas e quarenta e dois minutos.-----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que retirou a proposta anteriormente apresentada e avançou com o nome do Presidente da Junta de Freguesia de Mira, Sr. Prof. Artur Fresco.-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que esclareceu que não tinha nada contra a proposta inicial do PSD, mas pelo critério de maior representatividade,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apoiava a indicação do Presidente da Junta de Freguesia de Mira, sendo a proposta do PSD consensual.-----

-----**VOTAÇÃO:**-----

-----Submetido a votação, o ponto três da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com 23 votos a favor. -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que disse que tinha havido 23 votos a favor, e um no qual tinha sido escrito “Presidente da Mesa”. Mais disse que agradecia, mas que considerava que aquela Assembleia Municipal merecia muito mais respeito, do que aquilo que aquela pessoa tinha feito. -----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que, em nome do Grupo Municipal do PS, solicitou à Mesa que, por sua vez, solicitasse aos serviços um esclarecimento sobre a questão da votação e dos impedimentos porque consideravam que talvez houvesse alguma incongruência no critério utilizado até àquela data.-----

-----Mais disse, que no que tocava aos Presidentes das Juntas de Freguesia, o critério seguido limitava muito o exercício e o direito de voto, o que na sua opinião não fazia sentido. Acrescentou que o artigo 44.º do CPA, evocado para aqueles impedimentos, não era assim tão claro e que, se a lei não impedia que dois cidadãos familiares pudessem concorrer em eleições a órgãos distintos, então também não os poderia impedir de exercer os seus direitos, posteriormente. -----

-----Relativamente ao voto que tinha escrito “Presidente da Mesa” disse que poderia ter havido um mal entendido e que certamente seria “Presidente de Mira”. -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que pediu desculpa pelo lapso e que disse que, de facto, era “Presidente de Mira”, corrigindo a votação anteriormente anunciada. -----

-----**VOTAÇÃO:**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Submetido a votação, o ponto três da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**.-----

-----Não participou na votação o Sr. Prof. Artur Fresco, Presidente da Junta de Freguesia de Mira. -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que disse que, à semelhança da opinião do Sr. Presidente da Câmara, considerava que os Presidentes das Juntas de Freguesia deveriam votar. Por indicação da Dr.^a Carmen Santos, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, disse que não tinham votado neles próprios para a constituição da Mesa da Assembleia e que tinha sido aquele o critério adotado. Mais disse que a Dr.^a Carmen tinha feito um pedido de esclarecimentos, pelo que aguardava a informação.-----

-----**ENCERRAMENTO** -----

-----E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1.º Secretário

(Nelson Miranda Cadete, Prof.)